

Pela Reposição Integral de nossas Perdas Salariais Acumuladas

Desde julho do ano passado a ADUEL vem insistindo em suas publicações na urgência de organizarmos a Campanha Salarial pela reposição integral de nossas perdas acumuladas. Em momento algum ocultamos que o miserável índice de 13% alcançado com a alteração do nosso Plano de Cargos e Salários em Março de 2002 estava muito longe dos 50,03% reivindicados pelo movimento grevista.

Infelizmente, a grande maioria dos sindicatos de funcionários e docentes de todo o Estado deu as costas a esta urgência. Alguns estavam apenas preocupados com suas reeleições, e outros mais ocupados ainda (Sindiprol e Sinteemar) em disputar as reitorias.

Em Londrina, o Sindiprol negou-se a encaminhar o processo de unificação das entidades, escondendo-se inicialmente por trás do falso argumento de que era necessário primeiro eleger uma nova diretoria, a qual depois de eleita simplesmente ignorou a decisão das assembleias de docentes. Somente depois de perderem as eleições para as reitorias é que os maiores sindicatos procuraram rearticular o Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público. Agora, em maio de 2003, parece que acordaram para esta necessidade, e por fim falam em deflagrar a nossa campanha salarial.

A ADUEL, cumprindo o mandato de assembleia de docentes, ajuizou em outubro de 2002 ação reivindicando a reposição integral de nossas perdas desde agosto de 1995 e o restabelecimento de nossa data base. Esta ação encontra-se em fase de recurso perante o STJ, pois no Paraná o Judiciário Estadual não acolheu o nosso pleito, como já esperávamos.

Esta ação não visa substituir a organização e mobilização da categoria, que são os fundamentos da campanha. As experiências dos últimos dez anos nos ensinaram que de nada adianta termos direitos no “papel” e razão nos argumentos, se isto não estiver sustentado por uma efetiva mobilização. Por isso, organizar uma campanha salarial não se limita em definir um índice e mandar fazer um bonito cartaz, mas implica principalmente em preparar a mobilização e o fundo de greve.

Qual é o índice?

A última vez que os servidores das universidades e o conjunto do funcionalismo do Estado tiveram uma reposição geral linear foi em agosto de 1995. Esta é a razão pela qual em setembro de 2001 foi aprovada uma campanha salarial unificada pela reposição de 50,03%. Lamentavelmente apenas três universidades fizeram o movimento, o que nos obrigou a persistir por quase seis meses em greve para conseguir NÃO UMA REPOSIÇÃO, mas uma alteração da tabela do PCCS e, ainda, aceitar índices diferenciados em relação aos funcionários técnico-administrativos.

A própria APP hoje lança sua campanha salarial reivindicando o índice de 85,45%, que corresponde às perdas acumuladas desde agosto de 1995 até fevereiro de 2003, de acordo com a inflação apurada pelo IBGE. Este mesmo período foi o considerado pela assembleia de docentes que aprovou o ajuizamento da ação da ADUEL em outubro de 2002.

Assembleia de Docentes

Quarta-feira 14 de maio as 16:30 hs.

Auditório do CESA

Pauta: Campanha Salarial 2003

A recuperação parcial que os docentes obtiveram por conta da implantação do PCCS em maio de 1997 (30%), e de sua alteração em março de 2002 (13%) **não foram a título de reposição salarial**. O governo cuidou de deixar bem clara precisamente esta situação, para evitar ter que estender o mesmo índice às outras categorias do funcionalismo. Vale lembrar ainda, que a alteração do PCCS de março de 2003 foi descontada do próprio orçamento das universidades: o famoso “remanejamento”. Por estas razões, entre outras, é inadmissível que os próprios sindicatos de trabalhadores antecipadamente **DESCONTEM** parte da reposição devida, façam um “abatimento camarada” de nossas perdas salariais para facilitar a vida do governo.

Pelo contrário, durante oito anos os servidores não tiveram reposição das perdas, que nos são devidas pela Constituição Federal, e o governador Lerner ignorou, com a cumplicidade das direções sindicais, a nossa data base. Rigorosamente falando nós não existimos como um coletivo de trabalhadores com direitos, pois o Estado do Paraná não se considera obrigado, há oito anos, a negociar a reposição de nossas perdas, embora qualquer empregador do país seja legalmente obrigado a fazê-lo.

Não podemos, portanto, abrir mão de reivindicar a reposição integral de **TODAS AS NOSSAS PERDAS**, que de agosto de 1995 até março de 2003 chegam a 93,8% de acordo com o DIEESE, e a 87,3% de acordo com o IBGE. Se tivermos que “abater” ou engolir um “abatimento” deste índice será pela fragilidade de nossa mobilização e capacidade de luta, mas jamais pela

confusão na hora de sabermos definir o tamanho de nossas perdas ou por capitular perante a política pró-patronal de alguns sindicatos.

O que postulam certos sindicalistas

Alguns sindicalistas do Sindiprol vão mais longe. Propõem abertamente que o cômputo de nossas perdas comece em 1997 (ano do PCCS). Com isso tiram de cara, sem nenhuma negociação com o governo, 30%!!! Como é bem provável que o governo venha ainda querer descontar os 13% de 2002, podemos imaginar em que isto pode dar, ou seja, não dar.

Estes mesmos sindicalistas estão muito preocupados com os limites que o governo teria por conta da LRF. Fazem mil exercícios matemáticos para determinar afinal qual seria a margem de negociação do Requião dentro da LRF. Ou seja, em vez de pensar em primeiro lugar no tamanho real de nossas perdas, esses bravos dirigentes estão mais preocupados em não atrapalhar a governabilidade e no caixa de campanha do Requião. Para nós da ADUEL, a reposição integral das perdas dos servidores está em primeiro, em segundo e em terceiro lugares!

Numa prova de incoerência e colaboracionismo, esses mesmos dirigentes costumam questionar a efetiva disposição de outras categorias em fazer uma campanha unificada, e ao mesmo tempo demagogicamente “denunciam” a política divisionista do governo que concede “penduricalhos” em separado a cada categoria. Mas esquecem estas críticas quando eles próprios

trabalham para montar um índice menor que o conjunto do funcionalismo – condenando assim, sem nenhuma luta, a possibilidade de uma luta unificada de todos os funcionários do Estado. Porém, o colaboracionismo deles fica mais evidente quando, apoiando-se na política divisionista do governo, propõem como data de referência para cálculo de nossas perdas maio de 1997, quando apenas os docentes do ensino superior tiveram os vencimentos alterados pela regulamentação do Plano de Cargos Carreiras e Salários.

A diretoria da ADUEL considera o momento extremamente delicado, pois trata-se de fixar uma posição que terá graves conseqüências. A necessidade de fechar fileiras em torno ao tamanho de nossas perdas tem a ver com lutas atuais e com as futuras, pois mesmo admitindo que não consigamos arrancar integralmente o índice pretendido, é importante não esquecer ou, pior ainda, concordar com que uma grande parcela nos seja simplesmente furtada para sempre como querem os sindicalistas pelegos.

Diretoria da Aduel

Diretoria

Evaristo Colmán (CESA) - Presidente
Alexandre Bonetti (CCB) - Tesoureiro

Luis Carlos Jabur Gaziri (CCB) -
Primeiro Secretário

Alcides Vergara (CCB) - Diretor de
Promoções Culturais e Científicas

Rozinaldo Miani (CECA) - Diretor de
Divulgação e Imprensa

Silvia Alapanian Colmán (CESA) -
Diretora de Promoções Sociais

Contato

3371 4507

aduel@sercomtel.com.br
web.sercomtel.com.br/aduel